OS REGISTROS, AS INTERVENÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

ALINE GOMES DA SILVA MACARINI

RESUMO
Este artigo tem como objetivo refletir sobre a relevância dos registros, as intervenções na Educação Infantil e o papel que as intervenções da neuropsicopedagogia desempenham na avaliação do desenvolvimento de bebês e crianças. É fundamental compreender que avaliar nessa etapa não significa medir rendimento ou estabelecer retenções, mas sim acompanhar, de forma contextualizada, como se dá a construção das aprendizagens e o desenvolvimento ao longo do tempo. A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo, que respeita a singularidade de cada criança e valoriza suas conquistas dentro de seu próprio ritmo. Nesse cenário, os registros se tornam ferramentas indispensáveis, pois permitem documentar e dar visibilidade às experiências vividas pelas crianças. Eles funcionam como uma memória pedagógica que ultrapassa as limitações da lembrança individual dos professores, já que estes lidam diariamente com múltiplas responsabilidades e com muitos alunos sob seus cuidados. Registrar é, portanto, uma forma de garantir que cada etapa do desenvolvimento seja reconhecida e valorizada, além de possibilitar reflexões sobre as práticas educativas e o planejamento de ações futuras. Dessa forma, os registros na Educação Infantil não apenas auxiliam na avaliação, mas também fortalecem o vínculo entre escola, criança e família, oferecendo um panorama mais completo sobre o processo de aprendizagem. Eles se configuram como instrumentos que asseguram a continuidade do trabalho pedagógico e contribuem para que a educação infantil cumpra sua função primordial: promover o desenvolvimento integral das crianças em um ambiente acolhedor, estimulante e respeitoso.
PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Desenvolvimento; Educação Infantil; Registros.

INTRODUÇÃO

A criança deve ser compreendida como sujeito único, portadora de cultura e de saberes que já carrega consigo desde o ambiente familiar. Ela não é uma folha em branco, mas alguém que traz experiências, vivências e conhecimentos que precisam ser reconhecidos e valorizados pelos educadores. Cabe à escola, de forma planejada e intencional, somar esses saberes aos que circulam no espaço coletivo, por meio das interações com outras crianças de diferentes idades e com os adultos que compõem o ambiente escolar. É nesse encontro de culturas e aprendizagens que se constrói o desenvolvimento integral.

As brincadeiras e interações cotidianas são o ponto de partida para que os professores realizem registros significativos. Esses registros, quando reunidos e analisados, dão origem aos relatórios finais — sejam bimestrais, trimestrais ou semestrais — que constituem a avaliação na Educação Infantil. Diferente de uma avaliação voltada para medir rendimento ou estabelecer retenções, trata-se de um processo que busca compreender como se dá a construção das aprendizagens e do desenvolvimento em cada etapa da infância.

A conclusão do artigo evidencia a importância dos registros como instrumentos que permitem acompanhar e valorizar o percurso das crianças. O objetivo é oferecer subsídios para que os educadores reflitam sobre suas práticas e compreendam como os registros fortalecem a avaliação na Educação Infantil. A pesquisa que fundamenta o trabalho foi construída a partir de uma revisão de literatura, apoiada em livros e artigos científicos, com uma abordagem qualitativa e crítica.

A avaliação, nesse contexto, deve sempre respeitar o tempo e o ritmo de cada criança, reconhecendo suas potencialidades e fragilidades. A contemporaneidade da educação tem reforçado cada vez mais a ideia da criança como protagonista do processo de ensino-aprendizagem, alguém capaz de modificar o meio em que vive por meio de suas experiências e interações. Isso contrasta com práticas antigas, como fichas padro-

nizadas com marcações de "X", que não revelavam os avanços reais das crianças e hoje são rejeitadas nos ambientes escolares.

Os relatórios individuais e coletivos assumem papel central, pois descrevem a singularidade de cada criança e permitem acompanhar seu desenvolvimento. No entanto, muitos professores ainda se sentem inseguros diante da tarefa de registrar, por vezes limitando-se a comportamentos pontuais ou aspectos de personalidade, em vez de documentar experiências e falas significativas. Daí a relevância dos registros diários, que ajudam a superar a fragilidade da memória humana e evitam que fatos importantes sejam esquecidos ao longo do ano. Sem esses registros, relatórios finais tendem a ser vagos, frustrando gestores, famílias e coordenações pedagógicas.

A Neuropsicopedagogia pode ser entendida como um saber de caráter transdisciplinar que, conforme Fonseca (2014 apud Rocha et al., 2021), se organiza de maneira integrada entre áreas como Antropologia, Pedagogia, Sociologia, Psicologia e Neurociência. Seu foco científico está voltado para a investigação dos mecanismos neurológicos e do funcionamento do sistema nervoso, buscando compreender de forma mais ampla como ocorre o processo de aquisição do conhecimento. Dessa forma, essa área estabelece fundamentos neurobiológicos que sustentam a aprendizagem.

No contexto brasileiro, as pesquisas acadêmicas nesse campo começaram em 2008, com a criação da Pós-graduação em Neuropsicopedagogia pelo Centro Nacional de Ensino Superior (Avelino, 2019). Essa iniciativa surgiu em resposta às demandas sociais da contemporaneidade, que trouxeram profundas transformações nos modos de aprender e exigiram maior participação de profissionais da educação especializados nesse segmento.

Essas transformações impulsionaram também a formulação de novas abordagens e perspectivas pedagógicas, especialmente aquelas que valorizam a sensibilidade e a compreensão das múltiplas potencialidades humanas. Em outras palavras, trata-se de reconhecer o papel das funções cerebrais nos processos de ensino e aprendizagem (Silveira, 2019). Como resultado, disciplinas como a Neuropsicopedagogia foram estruturadas para apoiar o desenvolvimento integral das competências dos estudantes, sobretudo daqueles que enfrentam obstáculos em sua trajetória educacional.

Diante disso, o artigo reforça que os registros devem ser realizados de forma consistente e sólida, fundamentados em bibliografias reconhecidas, enriquecendo tanto o leitor quanto o professor. O objetivo é reunir diferentes perspectivas teóricas sobre a importância dos registros no processo avaliativo, formalizando práticas que retratem o avanço das crianças e promovam reflexões constantes sobre o ensino-aprendizagem. Dessa forma, a avaliação na Educação Infantil se consolida como um processo vivo, reflexivo e comprometido com o desenvolvimento integral dos bebês e crianças.

A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil representa um momento decisivo na vida das crianças, pois antecede o ingresso no ensino formal e já carrega consigo marcas de um processo educativo informal vivido no seio familiar. Esse contato inicial com valores, hábitos e experiências contribui para a formação da personalidade, mas, ao chegar à escola, muitas vezes a criança enfrenta dificuldades de integração, especialmente diante da diminuição do convívio familiar provocada pelo ritmo acelerado da vida moderna. Nesse cenário, a escola assume papel fundamental não apenas como espaço de transmissão de conhecimento, mas como ambiente de preparação para a vida social.

Essa etapa, que abrange dos 0 aos 5 anos de idade, é considerada a primeira fase da Educação Básica e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança, contemplando aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais. Está organizada em dois segmentos: a creche, destinada às crianças de 0 a 3 anos, e a pré-escola, voltada para aquelas entre 4 e 5 anos. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, assegura o atendimento em creche e pré-escola como dever do Estado, reconhecendo a importância dessa fase para o futuro das crianças.

A primeira infância é um período crucial, pois é nesse momento que se consolidam capacidades fundamentais que terão impacto direto na vida adulta. A Educação Infantil é, portanto, a primeira porta de acesso da criança à sociedade, onde ela pode construir hipóteses, elaborar aprendizagens e desenvolver sua consciência. Durante essa vivência, aprimora-se o desenvolvimento psíquico, que contribui para a formação da personalidade e da autonomia. O ensino deve ser estruturado de forma a promover relações saudáveis, tanto emocionais quanto afetivas, sempre mediadas pelo conhecimento.

Nesse processo, a criança desenvolve sua consciência, sua linguagem oral e, futuramente, sua capacidade de representação escrita, preparando-se para o processo de alfabetização no Ensino Fundamental. Contudo, observa-se que o universo escolar contemporâneo tem se tornado cada vez mais distante das dimensões emocionais, esquecendo-se de trabalhar sentimentos e afetos, que são elementos essenciais na formação humana. Cabe aos professores, especialmente na Educação Infantil, criar oportunidades para que os alunos tenham contato com suas emoções, explorando-as em atividades que favoreçam o autoconhecimento e a expressão.

Além disso, é papel dos educadores oferecer uma ampla diversidade de materiais, técnicas e desafios que estimulem o desenvolvimento integral das crianças. Um ambiente rico e estimulante depende desses fatores, permitindo que elas explorem novos conhecimentos e ampliem suas experiências. O objetivo maior da Educação Infantil é garantir que bebês e crianças alcancem um desenvolvimento harmonioso em todas as suas dimensões — afetiva, emocional, cognitiva, física, artística e social — construindo uma imagem positiva de si mesmas e fortalecendo sua autonomia.

Entre os princípios pedagógicos que orientam essa prática estão os jogos, a experimentação, a descoberta do ambiente e dos seres vivos, a educação para o consumo consciente e sustentável, além da promoção da saúde. Dessa forma, a Educação Infantil se consolida como um espaço de formação integral, que prepara as crianças não apenas para o aprendizado escolar, mas para a vida em sociedade, respeitando suas singularidades e potencialidades.

A Educação Infantil tem como propósito fundamental possibilitar que bebês e crianças aprendam a reconhecer, respeitar e valorizar o próprio corpo e o dos outros, desenvolvendo gradualmente a capacidade de gerir suas emoções e de se relacionar de forma igualitária entre meninos e meninas. Nesse processo, a prática da empatia e a resolução pacífica de conflitos tornam-se elementos centrais, pois ajudam a construir uma convivência saudável e colaborativa desde os primeiros anos de vida.

Para que isso aconteça, é necessário que os programas pedagógicos sejam flexíveis, permitindo que novos temas sejam incorporados ao longo da execução. Essa flexibilidade garante que os conteúdos possam dialogar entre si, ampliar abordagens já iniciadas e integrar diferentes áreas do conhecimento. Assim, o currículo não se torna rígido, mas se adapta às necessidades e interesses que surgem no cotidiano escolar.

A pré-escola, em especial, é um espaço onde as emoções se manifestam de forma intensa e transparente. Nesse contexto, o papel do professor é essencial para o desenvolvimento afetivo das crianças. Como destaca Almeida (1999, p.35):

Muitas vezes o afeto demonstrado pela professora é determinante para que a criança se sinta acolhida e permaneça na escola. O vínculo afetivo, portanto, não é apenas um detalhe, mas um fator decisivo para a continuidade da aprendizagem.

Quando surgem temas inesperados ou não previstos no planejamento, é importante que o professor identifique junto com a turma o que desperta interesse e avalie a possibilidade de explorá-los em outro momento. Esses assuntos, mesmo que não estejam diretamente relacionados ao conteúdo programado, podem ser significativos para os alunos e, por isso, merecem atenção. A abordagem pode ocorrer por meio de leituras, discussões ou recursos audiovisuais, sem que o estudo em andamento seja abando-

nado. O tempo dedicado a esses temas pode variar, dependendo de sua relevância e do potencial que apresentam para enriquecer os conteúdos curriculares.
Essa relação ativa com o novo, mediada pelo contato com diferentes fontes de informação, pelas explicações do professor e pelas discussões em grupo, permite que os alunos desenvolvam competências essenciais: compreender, relacionar, tirar conclusões e ampliar sua visão de mundo. Dessa forma, eles não apenas assimilam conteúdos culturais básicos, mas aprendem a aprender, adquirindo autonomia para buscar novos conhecimentos e construir seu próprio caminho de aprendizagem ao longo da vida.

A SALA DE AULA

A sala de aula é o espaço central onde o conhecimento escolar se concretiza e ganha forma. Pensar sua organização significa refletir sobre como professores e alunos se relacionam com o saber, pois essa relação define o uso do tempo, do espaço, dos materiais e até mesmo o tipo de interação que se estabelece entre os participantes. É essencial que o educador tenha clareza sobre o que entende por aprendizagem, para que possa planejar situações de ensino coerentes, selecionar atividades adequadas e rejeitar práticas que não estejam alinhadas aos objetivos pedagógicos.
O professor que valoriza a interação como parte do processo de construção do conhecimento cria oportunidades para que os alunos troquem informações, ideias e opiniões. Dessa forma, a sala de aula se torna um espaço privilegiado de convivência, onde cada experiência individual contribui para o crescimento coletivo. Embora as interações espontâneas entre os alunos aconteçam naturalmente, cabe ao educador prever momentos específicos de troca, como nas discussões coletivas, no planejamento das atividades, na introdução de novos conteúdos, na sistematização do que foi trabalhado e na avaliação dos resultados. É importante, contudo, considerar a faixa etária dos estudantes, já que crianças pequenas não conseguem manter a atenção por longos períodos. Nesse caso, variar as atividades e repetir informações em diferentes contextos é mais eficaz do que tentar esgotar o conteúdo de uma só vez.
O contato pessoal entre professor e aluno é igualmente fundamental, pois permite conhecer melhor cada criança, suas dificuldades e avanços. Esse conhecimento orienta decisões futuras e possibilita intervenções mais precisas. Para aqueles que não acompanham o ritmo da turma, dedicar momentos específicos de atenção ajuda a compreender suas necessidades e favorece seu progresso.
A organização pedagógica em grupos de trabalho é uma estratégia que promove sociabilidade, cooperação e respeito mútuo, garantindo aprendizagens significativas. Mais do que rearranjar fisicamente os alunos, o objetivo é estimular a troca de ideias e o trabalho colaborativo, valorizando a diversidade presente no grupo. Essa diversidade, longe de ser um obstáculo, é fonte de riqueza, pois cada aluno traz respostas diferentes que, quando compartilhadas, ampliam a aprendizagem de todos.
O trabalho em grupo deve incentivar a discussão das tarefas e a busca conjunta por soluções. A produtividade aumenta quando os participantes assumem responsabilidades distintas dentro da atividade, aprendendo a colaborar e a respeitar o papel de cada um.
A adoção de uma rotina diária também é essencial, pois organiza as atividades, dá segurança aos alunos e estimula sua autonomia. Uma lista de tarefas baseada na programação semanal ajuda as crianças a se orientarem sem depender constantemente do professor, permitindo que tomem decisões e assumam responsabilidades. Para que essa rotina seja eficaz, é necessário estabelecer normas claras, que indiquem o que deve ser feito, como e onde encontrar os materiais necessários.
O desafio está em equilibrar disciplina e criatividade. Rotinas e regras não devem sufocar a interação e a espontaneidade, mas sim garantir que o espaço seja produtivo e respeitoso. Uma sala de aula viva pode ser marcada pelo diálogo e pela troca, sem perder a disciplina, que se expressa tanto no silêncio da concentração quanto na organização das

atividades e no respeito pelo trabalho coletivo.
O ambiente da sala de aula pode ser muito mais do que um espaço físico destinado ao ensino: com criatividade e imaginação, torna-se um lugar acolhedor, estimulante e capaz de despertar nos alunos o prazer de aprender. Assim como em uma oficina de trabalho, os materiais e instrumentos pedagógicos devem estar dispostos de maneira funcional e sugestiva, permitindo que todos tenham acesso e possam utilizá-los com autonomia.
Criar um espaço favorável às interações não significa que os alunos precisem estar constantemente em grupos ou duplas. O essencial é que se sintam livres para circular, escolher parceiros de trabalho e oferecer ou receber ajuda quando necessário. Essa liberdade de movimento fortalece a cooperação e a troca de experiências, tornando o aprendizado mais dinâmico e significativo.
À medida que o professor adquire experiência e aprende a explorar melhor os recursos materiais e humanos disponíveis, descobre novas formas de organizar o tempo, o espaço e as atividades, sempre com o objetivo de favorecer o desenvolvimento integral dos alunos. Essa prática exige sensibilidade para perceber as necessidades da turma e flexibilidade para adaptar estratégias, garantindo que todos tenham oportunidades de avançar em seu processo de aprendizagem.
Cada educador, inserido em um projeto pedagógico específico e diante das características únicas de seu grupo de alunos, encontra caminhos próprios para construir um trabalho comprometido com a permanência, o aprendizado e o progresso das crianças. Dessa forma, a sala de aula se transforma em um espaço vivo, onde o conhecimento é construído coletivamente e cada aluno é incentivado a trilhar seu percurso de descoberta do mundo.

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O NEUROPSICOPEDAGOGO

A avaliação na Educação Infantil é um processo que vai muito além de medir resultados ou estabelecer comparações entre crianças. Ela deve ser entendida como um acompanhamento contínuo e reflexivo, capaz de revelar como se dá o desenvolvimento infantil e de orientar a prática pedagógica. Como afirma Drummond (apud Carr, 1993), avaliar significa observar o aprendizado, buscar compreendê-lo e, a partir desse entendimento, utilizá-lo para favorecer novas aprendizagens.
Esse processo desempenha papel essencial no apoio a resultados positivos, pois informa não apenas o que está sendo ensinado, mas também como esse ensino acontece. Pesquisas apontam que práticas pedagógicas culturalmente responsivas, aliadas a avaliações eficazes e apropriadas, são fatores determinantes para o sucesso das crianças em sua trajetória escolar. A avaliação, portanto, cumpre múltiplos propósitos: melhora o aprendizado e o desenvolvimento, documenta o progresso, aperfeiçoa metodologias e programas, analisa o ambiente físico, fortalece as interações entre professores e alunos, aproxima famílias e escola e identifica crianças que necessitam de apoio adicional.

Na Educação Infantil, a avaliação deve ser predominantemente formativa, ou seja, voltada para influenciar a aprendizagem no futuro imediato. Ela não se limita a registrar o que já foi alcançado, mas busca orientar os próximos passos, oferecendo feedback e criando condições para que cada criança avance em seu ritmo. Nesse sentido, torna-se também um instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica, incidindo sobre todo o contexto de aprendizagem: desde as atividades propostas até a forma como foram realizadas, os apoios oferecidos, as interações estabelecidas, os agrupamentos formados e os materiais utilizados. (BRASIL, 2009, p. 16).

A avaliação pode ocorrer de forma informal, quando o professor observa, escuta e participa das experiências das crianças, ajustando suas ações de acordo com as necessidades imediatas. Esse tipo de avaliação é fundamental para apoiar objetivos de curto prazo e para responder às manifestações espontâneas dos alunos. Já a avaliação formal envolve registros sistemáticos que per-

mitem análises posteriores, possibilitando identificar mudanças nos interesses e nas capacidades das crianças e planejar estratégias de longo prazo.

Mais do que um ato técnico, avaliar na Educação Infantil é uma prática social que deve envolver professores, crianças e famílias. É preciso considerar o contexto em que a aprendizagem acontece, descrevendo de forma significativa os ambientes, as pessoas e os objetos que influenciam o desenvolvimento. Além disso, é indispensável levar em conta o contexto cultural das crianças, reconhecendo que cada uma traz consigo experiências e saberes que precisam ser valorizados. (CARNEIRO, 2010, p. 6).

Portanto, a avaliação na Educação Infantil não é um mecanismo de controle ou de retenção, mas um processo de acompanhamento e reflexão que fortalece a prática docente e garante que o ensino esteja em sintonia com o desenvolvimento integral das crianças. Ela é, sobretudo, um instrumento de cuidado e de compromisso com a infância, capaz de orientar caminhos para que cada criança possa aprender, crescer e se desenvolver plenamente.

De acordo com Nascimento (2020), uma investigação minuciosa e personalizada possibilita ao especialista elaborar um diagnóstico mais preciso sobre a dificuldade identificada, permitindo posteriormente a elaboração de um plano adequado para a intervenção mais eficaz. Já o olhar clínico do neuropsicopedagogo, conforme Silveira (2019), tem como propósito realizar uma análise dinâmica e relacional do sujeito avaliado, contemplando ações de prevenção, identificação e resolução das questões observadas.

O resultado desse processo avaliativo costuma ser formalizado em um relatório, no qual são descritas as pontuações obtidas e as interpretações realizadas a partir dos instrumentos aplicados. Esse documento, segundo Nascimento (2020), pode ser enriquecido com uma fundamentação teórica sustentada nos princípios da Neuropsicopedagogia. Nele devem constar hipóteses diagnósticas, propostas de intervenção e, quando necessário, recomendações de acompanhamento externo para favorecer o desenvolvimento integral do indivíduo.

Diante disso, percebe-se que a avaliação constitui uma atividade complexa, pois, conforme Rocha et al. (2021), envolve a análise funcional dos processos mentais. Após essa etapa, ocorre a intervenção do neuropsicopedagogo, que precisa ser adaptada às especificidades de cada sujeito, já que cada avaliação revela dificuldades singulares que exigem soluções próprias. Além disso, essa intervenção deve ser realizada de forma colaborativa, envolvendo família, escola e demais profissionais, para garantir uma ação significativa e benéfica ao estudante.

Faveni (2020, apud Rocha et al., 2021, p.10) ressalta que:

A intervenção neuropsicopedagógica favorece tanto a prática docente quanto o aprendizado da criança. Para que isso aconteça, é necessário que teoria e prática estejam articuladas e próximas da realidade, promovendo atividades diversas que estimulem habilidades essenciais. Dessa forma, a criança pode explorar, descobrir e se inserir no mundo de maneira plena, sem sofrer exclusão ou marginalização social.

Dessa forma, entende-se que a atuação do neuropsicopedagogo acontece por meio da aplicação de variadas metodologias e estratégias de mediação, sempre ajustadas às demandas específicas de cada indivíduo. Conforme aponta Silveira (2019), as práticas clínicas em Neuropsicopedagogia devem construir hipóteses diagnósticas a partir das características próprias do sujeito, considerando seus aspectos biológicos, cognitivos, emocionais e sociais. O objetivo é identificar e estimular áreas que possam estar dificultando o desenvolvimento pleno.

Essas ações não se restringem ao profissional, mas também envolvem o professor na instituição escolar frequentada pelo estudante. Essa parceria entre especialista e docente favorece uma intervenção mais consistente e relevante, ampliando os benefícios para o processo de aprendizagem do sujeito.

Segundo Ferreira e Silva (2021), a prática do neuropsicopedagogo em ambiente esco-

lar consiste em observar e identificar obstáculos no processo de aprendizagem dos estudantes, sejam eles de ordem motora, cognitiva ou comportamental. A partir dessa análise, o profissional pode encaminhar o aluno para uma avaliação diagnóstica, de modo que intervenções específicas sejam aplicadas conforme suas necessidades.

Independentemente do espaço de atuação, o neuropsicopedagogo precisa dominar conhecimentos sobre o funcionamento cerebral, pois essa compreensão possibilita entender como o indivíduo aprende, armazena informações e interpreta estímulos internos e externos. Assim, torna-se essencial que o especialista conheça as particularidades do cérebro, já que esse é um dos principais campos de estudo para compreender o comportamento humano.

Relvas (2010, apud Ferreira; Silva, 2021, p.124) explica que cada habilidade ou conduta está relacionada a determinadas regiões cerebrais. Existem áreas responsáveis por interpretar estímulos visuais e auditivos, pela linguagem, pela cognição, pelo planejamento de ações futuras e até pela execução de movimentos. Nesse mesmo sentido, Avelino (2019, p.35) enfatiza que a plasticidade neural é o mecanismo que possibilita a aprendizagem, sendo ativada pelo córtex cerebral. Essa plasticidade corresponde à capacidade do cérebro de se modificar por meio do crescimento e da reorganização, adaptando-se constantemente às novas informações recebidas e permitindo que o sujeito desenvolva novos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo vivo e dinâmico, que vai muito além de uma simples listagem de atividades ou de registros estáticos. Ela é a base diária que assegura à criança segurança, autonomia e estabilidade dentro da escola, e por isso não pode ser reduzida a um mecanismo meramente cognitivo ou individualista. Avaliar significa acompanhar o desenvolvimento integral, considerando aspectos que se interligam e não podem ser dissociados, como a concepção de infância e de escola, a organização do espaço e do tempo, as relações estabelecidas com os colegas e com o meio, além das experiências que cada criança vivencia em seu percurso.

Nesse sentido, a avaliação deixa de ser apenas um guia cotidiano e passa a ocupar lugar de destaque dentro do Projeto Político Pedagógico da instituição. Estruturada de acordo com a realidade prática e teórica da escola, ela garante um contexto de aprendizagem que permite à criança construir conhecimentos, desenvolver relações pessoais e sociais e crescer de forma segura, saudável e consistente, criando bases sólidas para aprendizagens futuras.

Ao ser concebida como parte do processo de aprendizagem, a avaliação rompe com o paradigma de um planejamento rígido e pré-estabelecido. Ela se torna flexível, capaz de se adaptar às diferentes realidades e objetivos, dando voz ativa ao grupo que a pratica e assegurando que o desenvolvimento integral da criança seja alcançado.

Este artigo buscou justamente discutir os pontos mais relevantes sobre a avaliação na Educação Infantil, esclarecendo dúvidas que ainda permeiam a educação das crianças e oferecendo subsídios para que pais e educadores possam compreender sua importância. A intenção é mostrar que avaliar não deve ser visto como um ato isolado ou burocrático, mas como parte natural da rotina escolar, um instrumento que fortalece o processo de ensino-aprendizagem e contribui para que a infância seja vivida em sua plenitude, com respeito, cuidado e valorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. A emoção na sala de aula. Campinas: Papirus, 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nª 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Parecer 20/09 e Resolução 05/09. Brasília, MEC, 2009.

CARNEIRO, M. P. A. K. B. Processo avaliativo na Educação Infantil. 2010. 45f. Monografia (Pós-graduação em Educação Infantil). Escola Superior Aberta do Brasil, Vila Velha, 2010.

CARR, Margaret, Avaliação em contextos da primeira infância: histórias de aprendizagem. 1993.
FERREIRA, Simone; SILVA, Fabio Jose Antonio da. O Trabalho do Neuropsicopedagogo. In: FEITOSA, Anny Kariny; MACHADO, Érica Priscilla Carvalho de Lima (org.). Experiências em pesquisa: enfoque multidisciplinar. Iguatu, CE: QUIPÁ EDITORA, 2021.
NASCIMENTO, Thaís Monteiro de Meneses do. A atuação do neuropsicopedagogo frente aos transtornos globais do desenvolvimento. VII Congresso Nacional de Educação: Educação como (re)existência: mudança, conscientização e conhecimentos., Maceió - AL, 2020.
ROCHA, Bruna Eduarda et al. Neuropedagogo no processo de aprendizagem e inclusão: um estudo bibliográfico. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, [s. l.], v. 6, ed. 6, Junho 2021. DOI 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/neuropedagogo-no-processo. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/neuropedagogo-no-processo#. Acesso em: 10 jan. 2025.
SILVEIRA, Rafael da. O que faz um neuropsicopedagogo?. Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, v. 5, Recife, 2019.